



CONSERVADORISMO POLÍTICO E A LUTA ANTIRRACISMO NA EDUCAÇÃO: NOVOS E VELHOS CENÁRIOS

Luiz Fernandes de Oliveira¹

Mônica Regina Ferreira Lins²

Resumo: Nesses duros tempos, pretendemos refletir sobre as ações do Movimento Escola Sem Partido, que tem, desde 2004, como coordenador nacional Miguel Nagib. Advogado e declaradamente conservador, investe fortemente na produção de um discurso de criminalização de professores; no controle e estigmatização do conhecimento a ser produzido nos processos de aprender e ensinar; na defesa de uma moral e de uma ética totalitárias que discursivamente pretendem transformar as práticas cidadãs escolares em rotinas de delação e de controle de ideias. Qual o papel que a escola cumpre na formação de consciências? Pensando na temática da questão racial, um currículo antirracista seria um veículo de uma “doutrinação política e ideológica”? Essas são algumas perguntas que se juntam a tantas outras e que se movimentam diante de projetos de sociedade em disputa.

Palavras-chaves: escola sem partido; antirracismo; educação.

POLITICAL CONSERVATISM AND THE ANTIRACIST FIGHT IN EDUCATION: NEW AND OLD SCENARIOS

Abstract: In these hard times, we intend to reflect on the actions of the School Movement No Party, which has, since 2004, as national coordinator Miguel Nagib. Lawyer and professedly conservative, invests heavily in producing a speech of criminalization of teachers; in control and stigmatization of knowledge to be produced in the processes of learning and teaching; in defense of a moral and a totalitarian ethic that discursively intend to transform the school civic practices in routines of delation and control ideas. What role the school plays in the formation of consciences? Thinking about the issue of race in an anti-racist curriculum would be a vehicle of a "political and ideological indoctrination"? These are some questions that join many others and moving on society projects in dispute.

¹ Doutor em Educação Brasileira pela PUC-Rio. Professor Adjunto III do Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade do Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC) da UFRRJ. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturas – GPMC.

² Doutora pelo Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ. Professora Adjunta do Departamento de Ensino Fundamental do CAp – UERJ e professora do Programa de Pós-Graduação de Ensino de Educação Básica – Curso de Mestrado Profissional (PPGEB) da UERJ. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturas – GPMC.



Keywords: school without party; anti-racism; education.

CONSERVATISME POLITIQUE ET COMBAT ANTI-RACISTE DANS L'ÉDUCATION: NOUVEAUX ET ANCIENS SCÉNARIOS

Résumé: En ces durs temps, nous avons l'intention de réfléchir sur les actions du Mouvement École Sans Parti (Movimento Escola Sem Partido), qui a, depuis 2004, en comme coordinateur national Miguel Nagib. Avocat et ouvertement conservateur, il investit massivement dans la production d'un discours de criminalisation des professeurs; dans le contrôle et la stigmatisation des connaissances pour être produit dans les processus d'apprentissage et d'enseignement; dans la défense d'une morale et une éthique totalitaires qui discursivement prétendent transformer les pratiques citoyennes de l'école en routines de délation et de contrôle des idées. Quel rôle que l'école joue dans la formation des consciences? En pensant à la question de la race dans un programme anti-raciste serait un véhicule d'une 'endoctrinement politique et idéologique'? Voici quelques questions qui se joignent à beaucoup d'autres et se déplaçant sur des projets de l'entreprise en litige.

Mots-clés: école sans parti, anti-racisme; l'éducation.

CONSERVADORISMO POLÍTICO Y LA LUCHA ANTIRRACISTA EN LA EDUCACIÓN: NUEVOS Y VIEJOS ENCENARIOS

Resumen: En estos tiempos difíciles, se pretende reflejar sobre las acciones del Movimiento Escuela Sin Partido, que lleva, desde 2004, como coordinador nacional Miguel Nagib. Abogado y declaradamente conservador, trabaja fuertemente en la producción de un discurso de criminalización de profesores; en control y estigmatización del reconocimiento a ser producido en los procesos de aprender y enseñar; en defensa de una moral y de una ética totalitarias que discursivamente pretenden transformar las prácticas ciudadanas escolares en rutinas de delación y de control de ideas. ¿Cuál es papel que la escuela tiene en la formación de consciencias? Pensando en la temática de la cuestión racial, ¿un currículo antirracista sería un vehículo de una "doctrinación política e ideológica"? Esos son algunas preguntas que se añaden a tantas otras y que se mueven delante de proyectos de sociedades en disputa.

Palabras claves: escuela sin partido; antirracismo; educación.

Com um sorriso satânico em seu rosto, o jovem judaico de cabelos negros esconde-se na espera da garota inocente que ele suja com seu sangue, roubando-a assim de sua gente.

Adolf Hitler

O branco quer o mundo (...). Mas existem valores que lhe escapam.



INTRODUÇÃO

O Brasil viveu um “Golpe de Estado Legal”, segundo Michael Löwy (2016), com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, sem crime que justificasse, votado por um grande número de parlamentares envolvidos com corrupção e que dedicaram na Câmara de Deputados os seus votos aos filhos, aos pais, às tias, aos seus eleitores, a Deus. Golpe é a melhor palavra para descrever o processo que entra para a história do Brasil, noticiado no mundo todo e que nos permite entender o que acontece com a América Latina onde em países menores, como o Paraguai e Honduras, seus presidentes eleitos também foram afastados. A cara do Golpe brasileiro é a de Eduardo Cunha, logo depois afastado por responder às denúncias com evidências claras de corrupção, que presidiu a histórica sessão de admissibilidade de abertura do processo de impeachment. Neste dia, 17 de abril de 2016, o mais simbólico ato foi a saudação ao torturador Carlos Brilhante Ustra, ex- Comandante do DOI-CODI em São Paulo, vociferada por um dos maiores expoentes da direita fascista no Brasil, o deputado Jair Bolsonaro.

Com o fim da Ditadura Civil Militar que duraria 20 anos, os movimentos sociais se organizaram na luta por direitos políticos, civis e sociais e a Constituição Federal de 1988 trouxe importantes avanços para a cidadania nacional. José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso se sucederam na presidência da República cumprindo as agendas do capital internacional e implementando as políticas neoliberais. Em 2003, uma nova era política começa, partidos ligados ao capital financeiro, industrial e agrário integraram-se em alianças com o Partido dos Trabalhadores e outros do campo da esquerda e, nos governos Lula e Dilma, algumas importantes concessões sociais foram feitas. Com



alianças não ideológicas, mas eleitorais, o PT experimentou o PMDB em sua forma mais pura, e o sonho da governabilidade com os setores do capital esvaiu-se nas apurações seletivas de corrupção.

O Golpe veio e mais uma vez um vice assumiu a presidência do Brasil. Michel Temer tem a tarefa de implementar com rapidez as reformas política, trabalhista e previdenciária. A exemplo do período da Ditadura Civil Militar as medidas não são só econômicas, são ideológicas e culturais. A SEPPIR, a Secretaria de Mulheres e a Secretaria de Direitos Humanos, que tinham status de Ministério, são absorvidas pelo Ministério da Justiça. Os negros e as mulheres estão fora da composição dos ministérios, agora chefiados por senhores brancos e a maioria investigado por atos de corrupção. O Ministério da Cultura somou-se ao da Educação.

As semelhanças dos dois períodos devem ser destacadas, por isso o controle das experiências culturais, dos meios acadêmicos e do que se ensina nas escolas está na ordem dia, pois são domínios da livre expressão do pensamento. Assim afirma Löwy (2016):

O que a tragédia de 1964 e a farsa de 2016 têm em comum é o ódio à democracia. Os dois episódios revelam o profundo desprezo que as classes dominantes brasileiras têm pela democracia e pela vontade popular.³

Nesses duros tempos pretendemos neste texto refletir sobre as ações do Movimento Escola Sem Partido que tem, desde 2004, como coordenador nacional Miguel Nagib, advogado, declaradamente conservador, e que investe fortemente na produção de um discurso de criminalização de professores, de controle e estigmatização do conhecimento a ser produzido nos processos de aprender e ensinar, de defesa de uma moral e de uma ética

³ Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/> Acessado em: 18 de maio de 2016.



totalitária que discursivamente pretende transformar as práticas cidadãs escolares em rotinas de delação e de controle de ideias.

Qual o papel que a escola cumpre na formação de consciências? Pensando na temática da questão racial, um currículo antirracista seria um veículo de uma “doutrinação política e ideológica”? A quem serve a separação entre instrução e educação? Não é ético e moral falar sobre orientação sexual nas escolas? Crianças e jovens são receptores passivos do que escutam? Perguntas que se juntam a tantas outras e que se movimentam diante de projetos de sociedade em disputa.

O site EscolasemPartido.org, criado por Nagib, se autodefine como “único site em língua portuguesa inteiramente dedicado ao problema da instrumentalização do ensino para fins políticos e ideológicos”. Professores são os algozes preferidos e a imagem símbolo do site é um homem de terno e gravata, sentado numa cadeira, olhando para frente e portando antolhos, que é uma peça utilizada em animais, impedindo a visão para os lados, obrigando-o a olhar para frente. Sabemos que as nossas crianças e jovens da escola básica não usam terno e gravata e não pertencem somente ao sexo masculino, mas existe um público alvo prioritário dessa propaganda e não são aqueles que sofrem com as desigualdades sociais, não são negros e não são as mulheres. O texto imagético da propaganda complementa-se com o seguinte texto: “Não deixe que seu professor faça isso com você. Denuncie!”.

Apresentam-se como críticos ferozes das experiências stalinistas, mas criam como norma a delação e estabelecem o que entendem como uma cruzada moral contra o que Nagib e seus companheiros de espada e foice (sem o martelo) definem ser como ilícita, antijurídica, anticonstitucional e assédio ideológico: a prática da liberdade de expressão do professor.⁴ Para os doutrinadores e ideólogos do Movimento Escola Sem Partido, a liberdade

⁴ Ver: <http://escolasempartido.org/>



constitucional de ensinar, não se confunde com a liberdade de expressão. Em palestra proferida no Congresso Conservador em Curitiba/PR, publicada em 08 de julho de 2015, o advogado Miguel Nagib em seu eloquente discurso totalitário, revestido da defesa da moral e do direito de educar das famílias, afirmou que o professor não pode pensar, pois viola a liberdade de consciência dos alunos, que seriam uma audiência cativa, uma vez que não podem sair da sala de aula.

O delator é produto de uma concepção ética. O sujeito que pratica a delação pode fazê-la em função do que pensa ser uma causa justa, para se livrar de uma acusação, para atingir um desafeto, para se projetar na coletividade. O fascismo e o stalinismo foram industriais na fabricação de delatores. No período stalinista um boato, um gesto suspeito, uma discordância dos preceitos do Partido Comunista da União Soviética ou das políticas do Estado, eram motivos suficientes para o desterro ou a morte exemplar. Paul Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Adolf Hitler é o pai da máxima “uma mentira repetida mil vezes se torna verdade”, e exerceu um crucial papel no nazi-facismo alemão nas instituições escolares e nos meios de comunicação.

Jarbas Passarinho, Ministro de Estado da Ditadura Civil Militar Brasileira, dizia que não são necessárias mil vezes para que uma mentira se torne verdade, basta que seja dita no momento oportuno. Evidentemente, Passarinho estava tratando das denúncias de tortura como resultado enunciativo dos que combatiam o regime militar. As bruxas da Idade Média denunciadas e queimadas em fogueiras da Inquisição e o emblemático caso Dreyfus, judeu que é condenado por alta traição sem provas, são outros exemplos históricos em que a prática da delação ou de produção de verdades produziram vítimas. Abaixo, o trecho da Carta de Emile Zola intitulada “Eu acuso! Carta a M. Félix Faure presidente da República”:



Onde está o ministério verdadeiramente forte, de um patriotismo sábio, que terá a coragem de tudo renovar e recriar? Quanta gente não conheço que, diante de uma possível guerra, treme de angústia sabendo em que mãos está a defesa nacional? E a que ninho de baixarias, fofocas e esbanjamentos está entregue esse lugar sagrado, onde se decide o futuro da pátria? Assusta o que o caso Dreyfus acabou revelando, esse sacrifício humano de um infeliz, de um “Judeu porco”! Ah!, que agitação de demência e imbecilidade, de imaginações estúpidas, de práticas de políticas mesquinhas, de costumes inquisitoriais e tirânicos, a satisfação de alguns oficiais agaloados esmagando a nação com suas botas, enfiando goela abaixo seu grito de verdade e justiça, sob o pretexto mentiroso e sacrílego da razão de estado! (Zola, 2007, p. 213-214).

Em tempos em que mais uma crise econômica cíclica do capitalismo, de caráter internacional, aumenta os seus impactos no Brasil, a disputa política se torna mais dura e os adormecidos conservadores saem das cavernas de onde olhavam apenas para si mesmos, para as suas sombras e tentam eliminar aqueles que viram o mundo além das frestas e das sombras, que encontraram luz, cor, som e sabores diferentes na vida. Trazemos sempre à tona as manipulações da mídia através de grandes conglomerados empresariais como as Organizações Globo, capaz de produzir vilões e mocinhos, demônios e anjos, ideias sobre o Estado, sobre o público e o privado, sobre a vida, induzindo as formas de ser dos indivíduos e dos sujeitos coletivos. Mais do que isso, essas grandes e empoderadas empresas da comunicação são fundamentais na sustentação do sistema capitalista, fortalecendo o senso comum e formando uma opinião pública sobre aspectos da vida social e econômica.

Contudo, em tempos atuais, as tecnologias da comunicação são consumidas, mas também servem de território de disputa de ideias, por sujeitos diversos, que portados de suas máquinas pessoais registram aquilo que as empresas de telecomunicações não querem revelar. Se não fosse uma dessas máquinas o assassinato de Cláudia Silva Ferreira, alvejada por tiros na favela em que morava ao sair para comprar pão, que morta foi removida



da cena do crime, jogada na mala do carro da polícia e no ato final da ausência total de respeito à dignidade humana, aquela mulher negra e pobre, foi arrastada pela viatura por mais de 250 metros em plena Intendente Magalhães, conhecida rua do subúrbio carioca. Em pouco tempo a campanha Somos Todos Cláudia, ganha vulto nacional, seu rosto é desenhado por dezenas de artistas plásticos criando um tocante e consciente texto sobre a vida de quem poderia continuar invisível, mas vira mais um símbolo da luta contra o racismo. Cláudia seria mais uma estatística, ou um corpo desaparecido se não fosse um secreto aparelho celular, de algum indivíduo anônimo.

PRESSUPOSTOS IDEOLÓGICOS NA EDUCAÇÃO “SEM PARTIDO”

A escola é mais uma arena de disputa de ideias, reflete a sociedade, mas pode ser um lugar de experiências inovadoras e transformadoras ou de propagação do ideário conservador. A Lei 10.639/2003 e mais a frente a Lei 11.645/2008 representam um marco histórico de disputa epistemológica ao incluir a História da África e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Os ensinamentos escolarizados balizados na visão eurocêntrica de mundo permanecem hegemônicos na maioria das escolas, mas não é possível negar a existência da Legislação e as novas práticas possibilitadas por ela.

A diversidade cultural presente nos livros, nas aulas, nos projetos, é uma realidade e pode, de fato, traduzir novas práticas, novos sujeitos, novas lutas por direitos, novas gerações. Portanto, o trabalho escolar voltado para uma educação antirracista tem um vigoroso papel político porque se dirige a um público muitas vezes subalternizado pela cor e pela condição social, que durante gerações não conheceu a si mesmo enquanto produção de conhecimento e produtor de culturas e das riquezas econômicas do país. Tal



política curricular fortaleceu uns e incomodou outros, produziu resistências e confrontos, pois o conhecimento, uma vez distribuído, retira os sujeitos das sombras, do anonimato e do silêncio.

O deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF) é autor do PL 867/2015 que tramita na Câmara e que faz parte de um pacote de projetos, que pretende instituir o chamado Programa Escola Sem Partido em caráter nacional e busca interferir, uma vez aprovado, diretamente nas Leis de Diretrizes e Bases e defendem a instituição de um currículo mínimo. O professor da UNB, Nelson Lehmann da Silva denunciou a doutrinação esquerdizante nas escolas, e fez a seguinte análise de um Guia para o vestibular 2009, caderno História, da editora Abril.

Não chega a ser marxismo explícito. Mas o que perpassa todo o texto, seu pano de fundo constante, é a luta de classes. Senhores e escravos, nobres e servos, burgueses e proletários, colonizadores e colonizados. Exploradores e explorados. A Igreja “monopolizou” a ciência na Idade Média, em vez de tê-la preservado e difundido. Espanha e Portugal dizimaram os índios (que viviam no paraíso), em vez de tê-los civilizado. O capitalismo explorou e destruiu o meio-ambiente, em vez de ter impulsionado o progresso. A complexidade e ambivalências das obras humanas nunca é mostrada. Sim, o stalinismo, o maoísmo, o castrismo, ao lado do nazismo, também são criticados. Mas nunca o marxismo. Foram experiências deturpadas, desviantes da doutrina pura (Silva, 2008).⁵

Seus defensores, em nome da neutralidade, atacam o que chamam de “abuso da liberdade de ensinar” e investem na denúncia de conteúdos do ensino de história que seriam tratados, segundo eles, pelo viés doutrinário da “luta de classes” e as grandes contradições e desigualdades do sistema capitalista são versados como “complexidades e ambivalências”. As relações entre senhores e africanos escravizados seriam ambivalências? Talvez alguns que defendem as teses da democracia racial, ou que afirmam

⁵ Disponível em: <http://escolasempartido.org/artigos/213-a-doutrinacao-continua> Acessado em 30 de abril de 2016.



que “Não somos racistas” encontrem uma relação negociada e de convivência pacífica entre senhores e escravos, marcando a “complexidade” dos fatos, talvez até um mal necessário em prol do progresso.

Esse ideário cria um fazer autorizado do professor, uma vez que interfere no direito constitucional da liberdade de ensinar. Segundo consta na justificativa do projeto seria “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”.⁶ Os estudantes em suas diferentes idades e etapas de vida escolar seriam vítimas de professores militantes, doutrinadores político-ideológicos e, podemos incluir, os antirracistas.

Analisaremos essa proposta de legislação e os discursos de seu proponentes. Partimos do pressuposto que essa doutrina político-ideológica está no campo de um conservadorismo totalitário, com orientações fascistas, que preparam também o terreno para a manutenção e exarcebamento do racismo estrutural. Outras das preocupações centrais de seus signatários são formatar um conceito de família, de vida e de sexualidade pautado na heteronormatividade e retirar da escola o seu papel formativo nas discussões de orientação sexual como conhecimento de vida, imputando a essa temática um valor exclusivo no campo da moralidade.

A página do Movimento Escola Sem Partido tem uma coletânea de reveladores artigos de conservadores convictos que escrevem contra a doutrinação, alguns já bem antigos. A defesa da neutralidade não esconde o seu caráter autoritário, seus defensores são explícitos em suas escolhas e em alguns momentos apelam para o saudosismo da ditadura militar e em outros lamentam a sua ingenuidade e brandura. Encontramos o artigo de José Oswaldo de Meira Penna, escrito em 1998, que é um diplomata liberal e

⁶ Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3AFDD65B1A475D0B85FE2A43BE3D1331.proposicoesWeb1?codteor=1317168&filename=Avulso+-PL+867/2015 Acessado em 01 de abril de 2016.



expoente do pensamento conservador que “dá um pito” nos militares no texto abaixo

Verifiquei, por exemplo, que 90% dos livros de autores marxistas (Ianni, Caio Prado, Furtado, Konder, etc.) foram publicados ao tempo em que, supostamente, dominava a “linha dura” militar (1968/80) que impusera a censura do pensamento. Acontece que os militares, não muito sutis, como é notório, acreditavam ser necessário censurar os jornais. Mas como não costumavam ler livro algum, deixavam aos editores a liberdade de publicar o que bem entendessem e, desse modo, foi a “Ideologia Brasileira” toda ela gramscianamente edificada, a partir dos próprios bancos escolares, sobre o mais primário bestialógico.⁷

A preocupação com os livros didáticos é outro foco do Movimento Escola Sem Partido que escolhe quatro livros que devem ser lidos. O primeiro deles é de Armindo Moreira autor do livro “O Professor não é educador” que afirma que o professor deve tirar dúvidas, que o currículo deve ser igual no Brasil inteiro, pois aqueles que não defendem o currículo único o fazem para manter o professor adaptado em sua ignorância. Para ele o curso de pedagogia não é necessário, deveria existir um curso de didática, para ensinar o professor a dar aula. Os alunos passam a ser questionadores a partir dos 13 e 14 anos, antes disso aceitam tudo passivamente. O professor deve se valorizar pela competência e pelo mérito, pois segundo Moreira “ensina tão pouco e tão mal, que merece o salário que recebe”, existe uma minoria de bons professores que pagam pela incompetência da maioria.⁸

Paulo Freire também não escapa da militância política e da doutrinação de sujeitos que formatam as ideias do Movimento. Em Blog⁹, no post intitulado “Pau bem dado em Paulo Freire na Gazeta do Povo”, do dia 05 de dezembro de 2012, que trata da citada matéria, escrita pelo

⁷ Disponível em: [http:// escolasempartido. org/artigos/172-por-uma-educacao-liberal](http://escolasempartido.org/artigos/172-por-uma-educacao-liberal) Acessado em 02 de abril de 2016.

⁸ Palestra de Armindo Moreira “Professor não é educador”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o8hDiCTbdSM> Acessado: 28 de Março 2016.

⁹ Disponível em: <http://tomatadas.blogspot.com.br/> Acessado em : 30de Março 2016.



jornalista José Maria e Silva com o significativo título “Autoajuda marxista”, afirma que Paulo Freire não inventou o método que tem o seu nome, pois “o uso de palavras geradoras na alfabetização já estava presente em outras propostas pedagógicas, como o "Método Laubach””.

Pedagogia do Oprimido seria para o jornalista José Maria e Silva, que escreve a matéria do jornal, uma espécie de manual de autoajuda marxista, que idolatra a "linguagem quase evangélica" do "humilde e amoroso" Che Guevara e afirma que o texto do livro justifica as suas execuções sumárias na revolução cubana, destacando do livro, sem citar a página ou o contexto da escrita, o seguinte trecho de Freire: "A revolução é biófila, é criadora de vida, ainda que, para criá-la, seja obrigada a deter vidas que proíbem a vida". O autor do post¹⁰ afirma,

Um leitor fez críticas ao meu post anterior (às quais responderei assim que puder) e, no intuito de mostrar que nem todos os socialistas são genocidas desumanos, mencionou Paulo Freire como um exemplo de humanismo. A passagem citada acima demonstra cabalmente que é o contrário: Paulo Freire, assim como Hobsbawn, era um daqueles intelectuais que apoiava ditaduras socialistas exterminadoras da liberdade e de vidas humanas. Exatamente como os professores inspirados pelas "ideias" freirianas.¹¹

O livro “Por uma geografia crítica” de Luiz Lopes Diniz Filho é mais um livro indicado pelo MESP para estudo. Diniz Filho (2009) discute o conceito de doutrinação que para ele acontece quando o professor apresenta apenas uma única visão da realidade com a justificativa de conscientizar os seus estudantes e estabelece a seguinte comparação:

Como se pode ver, o período da redemocratização em diante, embora tenha tornado consensual e até oficial a concepção de que

¹⁰ O blog é de responsabilidade do professor Luiz Lopes Diniz Filho. Disponível em: <http://tomatadas.blogspot.com.br/2012/12/pau-bem-dado-em-paulo-freire-na-gazeta.html>. Acessado em: 20 de março de 2016.

¹¹ Disponível em: <http://tomatadas.blogspot.com.br/2012/12/pau-bem-dado-em-paulo-freire-na-gazeta.html>. Acessado em: 20 de março de 2016.



o ensino deve estimular o raciocínio crítico dos alunos, não fez mais do que substituir uma doutrinação ideológica nacionalista e conservadora por uma doutrinação teórica e ideológica de esquerda, tão autoritária quanto aquela. A grande diferença é que, se no período do Estado Novo a concepção doutrinária do ensino era afirmada explicitamente pelo poder estatal e seus intelectuais acólitos, na atualidade a doutrinação é exercida por professores que dizem e pensam fazer justamente o oposto. Nesse sentido, o combate à doutrinação é hoje muito mais difícil do que no passado. E as razões pelas quais se deve combater firmemente a doutrinação teórica e ideológica no sistema de ensino dizem respeito tanto à construção de uma sociedade democrática quanto à questão da qualidade do ensino. De fato, a doutrinação ideológica, seja de direita ou de esquerda, pensa o confronto entre visões políticas distintas como oposições maniqueístas entre o Bem e o Mal, o que impede a aceitação democrática das diferenças (Diniz Filho, 2009, p. 10-11).

O jornalista e escritor Leandro Narloch, que já foi repórter da revista VEJA e da Revista Superinteressante é autor dos outros dois livros indicados pelo MESP, o “*Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*” e o “*Guia Politicamente Incorreto da História da América Latina*”. Livros polêmicos não consistem numa pesquisa histórica, mas em leituras selecionadas pelo jornalista, que produziu um texto que não fosse chato e questionasse a visão de seus antigos professores militantes, que queriam mudar o mundo “com histórias em que os ricos sempre eram do mal e os pobres sempre eram do bem”.¹² Ele próprio diz que os seus livros não têm nada de novo apenas reiteram o que bons autores já falaram sobre, mas não é divulgado.

Narloch sustenta que um dos aspectos que busca se contrapor seria a de um tipo de história que indica heróis de um passado glorioso que precisaria ser retomado nos dias atuais. A historiadora Maria Lígia Coelho Prado (2011), em matéria no Estadão, afirma que a desmistificação de

¹² Ver: Vídeo do Programa de Danilo Gentili, Agora é Tarde - Leandro Narloch - 10/08/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0DxbmU1Z4sM> Acessado em: 21 de março de 2016.



heróis da História já foi vastamente pesquisada e aprofundada por historiadores e que Leandro Narloch e Duda Teixeira tentam dar respeitabilidade aos seus argumentos trazendo citações e notas de bibliografias, utilizando fontes já corroídas por suspeitas.

Prado cita a utilização do autor chileno Victor Farias para acusar o presidente Salvador Allende de racista e antisemita. Os autores brasileiros teriam transcritos trechos do livro de Farias que, por sua vez, teria retirado extratos da tese *Higiene Mental e Delinquência* defendida em 1933 por Allende com terríveis preconceitos contra judeus, ciganos, árabes, homossexuais, alcoólatra. A questão é que a *Fundação Presidente Allende*, na Espanha, já havia publicado na íntegra a tese onde se constata que Allende estava, na verdade, citando o médico e criminologista Cesare Lombroso, cujas ideias tinham grande projeção internacional. Prado destaca que Allende escreve, na página 115 de sua tese, que não havia dados suficientes para demonstrar a relação de origem étnica e delitos criminosos no “mundo civilizado”, sem que essa parte do texto fosse mencionada no capítulo 6 do *Guia Politicamente Incorreto da História da América Latina*.

Narloch, por sua vez, alega que nos tempos atuais todo adversário é chamado de fascista, pois tratado desta forma pelos que divergem de seus escritos. Afirma que o seu objetivo é popularizar a história e romper com maniqueísmos e faz a suas escolhas sobre o que acredita ser importante marcar com outra visão. Apesar de amplos estudos da historiografia mais recente, suas escolhas interpretativas são reveladoras de suas escolhas que não são neutras, como por exemplo: os portugueses aprenderam e desenvolveram o tráfico de escravos com os africanos; zumbi tinha escravos, os índios eram os que mais matavam índios. Sua visão não é neutra, se alia à perspectiva da direita conservadora norte-americana que se sente vítima do politicamente correto da esquerda e dos intelectuais aliados com a defesa dos setores da sociedade que vivem mais intensamente os



processos de exclusão e preconceito. O “politicamente correto” produz políticas públicas inclusivas.

O ANTIRRACISMO COMO “DISCURSO DOUTRINÁRIO”

Em contraposição ao discurso de ações afirmativas, de políticas inclusivas, ou de superação das desigualdades sociais e econômicas, em que se fez necessário trazer para as instituições de ensino as histórias e as culturas negadas, os conservadores se estruturam discursivamente para disputar as consciências. Para tanto, os índios passam a ser os maiores exterminadores de si mesmos, os africanos transformaram-se em mercadorias porque sempre foram venais e os portugueses apenas negociadores e o “comunismo” matou mais que o nazismo.

Hannah Arendt (2012) afirma que o racismo possuía raízes históricas desde o século XVIII e é uma invenção que consolida-se no século XIX. No início do século XX reviveu todos os antigos pensamentos racistas até reforçar o ideário imperialista.

Poucas ideologias granjearam suficiente proeminência para sobreviver dura concorrência de persuasão racional. Somente duas sobressaíram e derrotaram todas as outras: a ideologia que interpreta a história como uma luta econômica de classe, e a que interpreta a história como uma luta natural entre as raças. Ambas atraíram as massas de tal forma que puderam arrolar e se estabelecer como doutrinas nacionais oficiais. Mas, mesmo além das fronteiras dentro das quais a ideologia racial e a ideologia de classes formaram moldes obrigatórios de pensamento, a opinião pública livre as adotou de tal modo que não apenas os intelectuais, mas até grandes massas, rejeitam apresentações de fatos, passados ou presentes, que não se ajustem a uma delas (Arendt, 2012, p.234).

O racismo estruturou em diferentes épocas discursos de superioridade e promoveu o uso de uma “ciência racial” que estabelecia esteriótipos, estigmatizava sujeitos, criava padrões morais baseados em tamanhos de



crânio, cor de pele, hábitos cotidianos. A fabricação da crença de que a pureza da raça transformaria o mundo num espaço de harmonia fundamentou o discurso nazi-fascista. A limpeza étnica vem historicamente acompanhada de uma doutrinação que cria uma realidade como verdade única.

No início do século XX, a vida nas ruas do Rio de Janeiro era a expressão do que se deveria tornar marginal e um batuque, um gingado, um jogo de capoeira e até mesmo um brincar livre eram alvo de repressões, tudo em nome da formação moral do povo brasileiro, da proteção das famílias expostas aos vícios. Para “higienizar” as ruas, a sociedade e as mentes, os agentes da ideologia do embranquecimento, do eugenismos, da busca da civilidade, precisavam perseguir, caçar, calar vozes, reprimir e confinar. As famílias também confinavam crianças, jovens e mulheres em saberes autorizados e padrões morais determinados, fundamentalmente pelo que era socialmente hegemônico enquanto modos de viver.

A normatização dos corpos não prescindiu da ocupação dos espaços escolares e de determinações do que se podia ensinar. Mulheres e negros precisaram enfrentar legislações que interditavam o acesso destes sujeitos ao ensino escolarizado até o século XIX. Existiam escolas de meninos e escolas de meninas, currículos para meninos e currículos para meninas. A população negra percorreu um longo caminho para entrar e permanecer na escola, os currículos negavam a presença dos afrodescendentes na cultura e na história brasileira. Nada mais perverso do que produzir a inexistência de um sujeito na sua própria presença.

O caminho foi longo para que escola e sociedade alargassem suas fronteiras para que outros discursos contra-hegemônicos entrassem em pauta. A família monoparental e o discurso heteronormativo formataram verdades inexoráveis e comportamentos socialmente regulados. Sujeitos amargamente silenciados passaram a sonorizar passeatas gigantescas,



invadiram a mídia, penetraram nas pesquisas acadêmicas e se alojaram sutilmente, ou não, nas salas de aula, nas reuniões de pais e nos romances e nas experiências de amar dos pátios e corredores escolares.

Mas as reações chegam de todos os lados e novas batalhas no campo do legislativo começaram. Em 16 de fevereiro de 2016 o prefeito de Nova Iguaçu¹³ sancionou a lei 4.576, de autoria do vereador Denilson Ambrósio, que censura nas escolas qualquer tipo de material que fale sobre diversidade sexual, práticas homoafetivas, ou combata a homofobia ou a desconstrução do discurso de heteronormatividade nas escolas da rede municipal de Nova Iguaçu.

Projetos semelhantes estão sendo apresentados em várias Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas pelo país inteiro. Em Alagoas o Programa Escola Livre chegou a ser aprovado por unanimidade pelos deputados, mas foi vetado pelo governador Renan Filho, que alegou inconstitucionalidade do projeto. O projeto de nº 867 que dispõe sobre a inclusão entre as diretrizes e bases da educação nacional do "Programa Escola sem Partido" já tramita na Câmara de Deputados. E traz os seguintes princípios:

Art.2º. A educação nacional atenderá aos seguintes princípios:

- I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;
- II - pluralismo de ideias no ambiente acadêmico;
- III - liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência;
- IV - liberdade de crença;
- V - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado;
- VI - educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença;
- VII - direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.¹⁴

¹³ Cidade situada na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro.

¹⁴ Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3AFDD65B1A475D0B85FE2A43BE3D1331.proposicoesWeb1?codteor=1317168&filename=Avulso+-PL+867/2015 Acessado em 01 de abril de 2016.



A palestra proferida pelo advogado Miguel Nagib no Congresso Conservador em Curitiba/PR, intitulada “Doutrinação Ideológica nas escolas: os limites da liberdade de ensinar”, começa com o seguinte comentário: “ Bom dia! Bom dia a todos! Se eu fosse um petista diria: Bom dia, a todos e todas! Agora está essa desgraça tomou conta de todas as palestras, de todos os eventos públicos” e continua os seus cumprimentos reclamando de ter ouvido tal saudação num Congresso do Ministério Público, que considera uma das instituições mais “contaminadas ideologicamente” pela “mentalidade progressista, politicamente correta, esquerdista” e não teria, em grande parte, compromisso com Lei. Todos os movimentos são de disputa e controle do discurso.

Nagib contou que tirou as suas ideias de uma iniciativa que já acontece nos EUA. Em sua opinião o professor não pode dizer o que pensa, pois violenta a liberdade de consciência do estudante, que forma uma audiência cativa, sofrem com a doutrinação, fruto do abuso de ensinar em prejuízo da liberdade de aprender. Utiliza uma pesquisa do Instituto Sensus, de 2008, que apresenta a informação que 80% dos professores reconhecem que o seu discurso é engajado. Sendo assim, o advogado afirma que os alunos são vítimas do assédio ideológico, que é um problema nacional dos últimos 30 anos, aliás, é bem significativa essa marcação temporal, porque livra a Ditadura Civil Militar da acusação de doutrinação.

Contou uma experiência pessoal que envolveu a sua filha, quando teve um problema com o professor de história e resolveu escrever uma carta aberta, “acusando o professor de usar a sala de aula para fazer a cabeça dos alunos”, e distribuiu no estacionamento da escola. Essa iniciativa causou uma “reação violenta” da comunidade escolar e os estudantes “ficaram todos do lado do professor”, fizeram uma passeata de desagravo a favor do professor, com cartazes. Então, extrapola em sua violência discursiva e no



pensamento descaracterizador de adolescentes e jovens como sujeitos pensantes e afirma que aqueles que manifestaram as suas opiniões com autonomia eram vítimas da Síndrome de Estocolmo, fenômeno que nomeia o comportamento do sequestrado que desenvolve empatia e até solidariedade com a pessoa que o sequestrou. Seria um sequestro intelectual.

Nagib assumiu em fala que esse seria um bom momento para tentar uma vitória no Legislativo Federal, pela composição do Congresso Nacional e, especialmente, pelo apoio que receberia do Presidente da Câmara Deputado Eduardo Cunha, que, segundo o advogado, teria os mesmos valores cristãos e morais, seria poderoso e com liderança no Congresso.

Neste cenário tenebroso, o que está colocado como tarefa política para nós intelectuais, militantes e coletivos engajados numa educação antirracista e emancipatória, tanto nos espaços escolares como nas universidades?

Ficou evidente para muitos de nós, nos últimos 15 anos, com o avanço das políticas públicas antirracistas, que algumas disputas seriam necessárias: a disputa política, a disputa epistêmica e a disputa identitária.

Estas disputas em curso nos remete a ideia central de que, nos processos pedagógicos em torno da questão racial na educação pública, existe um imperativo pedagógico e político: o combate ao racismo estrutural brasileiro passa fundamentalmente por uma disputa política dura em cada esquina, em cada escola, em cada universidade e em cada espaço público. Isso requer intervenções e posicionamentos políticos. Ou então, como aponta Bourdieu (2005):

O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo (Bourdieu, 2005, p. 142).



É nesse sentido, no jogo da luta política, que os professores, intelectuais e militantes antirracistas podem mobilizar a discussão racial enquanto proposta curricular e, além de serem chamados a revelar o racismo estrutural (a luta teórica), também podem possibilitar a abertura de uma intervenção antirracista (a luta prática). Neste sentido, o cerne deste debate diante dos projetos de direita do Movimento Escola sem Partido é que do ponto de vista pedagógico, a educação para as relações raciais no Brasil só pode ser crítica se for engajada (Hooks, 2013), do contrário, ela é vazia de sentido diante de uma sociedade em que a maioria dos jovens e crianças, especialmente jovens e crianças negros, se encontram subalternizadas social, econômica e culturalmente.

REFERENCIAS

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.

DINIZ FILHO, Luiz Lopes. *A situação do ensino no Brasil: doutrinação ideológica e incapacidade de desenvolver competências*. Curitiba: Departamento de Geografia da UFPR, 28 fev. 2009. Disponível em: http://www.escolasempartido.org/docs/Situacao_do_ensino_no_Brasil Acessado em: 31 de março de 2016.

_____. *A doutrinação do ensino brasileiro de Geografia*. In: *Revista Conhecimento Prático Geografia*. n. 34, 2010, Editora Escala.

HOOKS, Bel. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LOWY, Michel. *O golpe de Estado de 2016 no Brasil*. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/> Acessado em: 18 de maio de 2016.

NAGIB, Miguel. *Escola Sem Partido - debate assédio ideológico*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7t8ucShY8bw> Acessado em 1 de abril de 2016.



_____. *Doutrinação Ideológica nas escolas: os limites da liberdade de ensinar.* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BwM8zyEf6r> Acessado em 01 de abril de 2016.

PASSARINHO, Jarbas. *A força da mentira repetida.* s/d. <http://www.averdadesufocada.com/index.php/textos-de-terceiros-site-34/190-1911-a-fora-da-mentira-repetida>. Acessado em 01 de abril de 2016.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *Lombroso oculto Livro sobre falsos heróis latino-americanos, usa simplificações oportunas, omissões e interpretações discutíveis, avalia professora.* Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,lombroso-oculto-livro-sobre-falsos-herois-latino-americanos-usa-simplificacoes-oportunas-omissoes-e-interpretacoes-discutíveis-avalia-professora-imp-,777219>. Acessado em: 03 de abril de 2016.

SILVA, Nelson Lehman da. *A doutrinação continua.* 2008. Disponível em: <http://escolasempartido.org/artigos/213-a-doutrinacao-continua> Acessado em 30 de abril de 2016.

ZOLA, Émile (1840-1902). *Eu acuso!*. In: LÍSIAS, Ricardo (Org.) *Zola / Rui Barbosa Eu acuso! O Processo do Capitão Dreyfus.* São Paulo: Hedra, 2007. p. 35 a 53. Disponível em: <http://www.omarrare.uerj.br/numero12/pdfs/emile.pdf> Acessado em: 31 de abril de 2016.

*Recebido em janeiro de 2016
Aprovado em março de 2016*